

# Franceses acreditam que estratégia brasileira levará a melhor

ANY BOURRIER  
Correspondente

PARIS — Contra toda a expectativa, o Ministro Dilson Funaro está modificando as regras do jogo da negociação da dívida externa brasileira. Esta é a opinião dos círculos financeiros da França, reagindo às notícias provenientes de Nova York, segundo as quais alguns bancos americanos estão decididos a transformar em ações — e, portanto, em investimentos — parte de seus créditos junto ao Governo brasileiro.

Além disto, a comunidade bancária da França ficou impressionada com a decisão de bancos americanos de considerarem US\$ 3,2 bilhões devidos pelo Brasil como **no performing loans** o que, na opinião das fontes bancárias, comprova a tese de que credores e devedor encaminham-se para um acordo totalmente diferente do que foi negociado até agora pelos países endividados.

"Os banqueiros são pragmáticos", ponderou alta fonte de uma agência

internacional, representada em Paris. "Trata-se de uma saudável lição de realismo: já que não há outra maneira de se fazer pagar, é melhor demonstrar aos acionistas que o dinheiro não foi totalmente perdido com a moratória", explicou tal fonte.

Para a maioria dos observadores do desenrolar da queda de braço entre o Brasil e os bancos comerciais, a decisão de transformar em **debt equity converge** parte da dívida externa nacional significa que "credores e devedor têm uma cumplicidade secreta e interesses convergentes. A crise da dívida brasileira, portanto, vai desembocar num reescalamento amplo, com grande prazo — até vinte anos — e condições vantajosas para o devedor".

Segundo o Diretor do Departamento Latino-Americano de um grande banco estatal francês, "a moratória brasileira não foi um mau negócio para os bancos, que já tinham se precavido contra ela com reservas

que lhes permitiram considerar os créditos brasileiros como **no performing**. Além do impacto limitado da moratória, que Funaro conseguiu impor aos credores sem represálias, o Brasil ainda conseguiu que as linhas de crédito interbancárias fossem prorrogadas. Acreditamos que tudo vai depender da capacidade de Dilson Funaro para convencer os bancos de que suas metas — sete por cento de crescimento anual até 1991, transferência de recursos para o exterior limitada a 2,5 por cento do PIB, saldo anual de US\$ 8 bilhões da balança comercial, e redução expressiva do custo de vida — não levarão o País à falência e significam que o Brasil voltará a crescer."

Embora julguem que os credores "ainda não estão maduros para aceitar todas as reivindicações de Funaro", os dirigentes dos bancos franceses julgam que o Ministro da Fazenda "ainda vai chegar lá". Ou seja, conseguirá um bom acordo graças a grandes concessões que lhe fa-

rão os americanos, os quais, diante da alternativa do Brasil não suspender sua moratória, aceitam diversas condições que, há meses atrás, eram inaceitáveis. A fonte chamou a atenção para o caso do FMI:

— Até o fim do ano passado, o monitoramento do FMI era julgado indispensável pelos bancos privados. Hoje, não se fala mais nisto, nem vai ser preciso, porque finalmente os bancos americanos estão diante de um impasse: ou adotam a contra gosto, algumas teses do Plano Baker, forçados pela moratória, ou perdem tudo, porque as reservas do Brasil não permitem que prossiga reembolsando o serviço da dívida. É claro que não vai ser fácil, que as pressões, de um lado e de outro, vão prosseguir. Mas isto é briga para inglês ver. Na realidade — e contra as expectativas — Funaro está ganhando sua aposta de mudar as regras do jogo da negociação da dívida externa do Brasil com seus maiores credores — concluiu a fonte.